

*Sentido histórico do ódio e da crueldade no Brasil**

Acaba de sair a reforma trabalhista, forjada a fórceps pelo atual governo. Entre suas crueldades mais notáveis estão: grávidas e lactantes poderão trabalhar em lugares insalubres; assédio moral e sexual terá preço de acordo com a condição social da vítima; mulheres deixarão de ter direito a descanso; além de outros dispositivos que nos fazem voltar aos tempos em que os trabalhadores não tinham nenhum direito e que greve era tratada como caso de polícia. Mas o pacote de maldades é ainda maior, pois inclui também fim da aposentadoria e congelamento de gastos com saúde e educação. Parece haver, segundo a retórica de Christian Dunker, uma estreita relação entre o momento neoliberal de nossa economia e a banalização do sofrimento como fator de aumento da força produtiva, forma inusitada de extrair mais-valor em um momento de crise generalizada.

Num nível mais prosaico, por assim dizer, parece que se tem banalizado entre nós diferentes formas de manifestação de ódio e crueldade contra pretos, pobres e periféricos. Nesta seara, parece ter de tudo um pouco: prefeito que disse ter nojo de pobre, outro que mandou recolher cobertores de moradores de rua no inverno, juiz que suspendeu audiência porque o réu estava de sandálias, jovens de classe média que atearam fogo em um índio por pensar ser mendigo, camburão de polícia que arrastou mulher pelas ruas até a morte... Mas certamente o caso que mais impressão me causou, não tanto pela barbárie do ato em si, mas pelas reações da população, foi o do menino João Hélio, igualmente arrastado até a morte por um carro roubado

por dois menores no Rio de Janeiro, em 2007. Diferentemente do caso Claudia, houve à época milhares de manifestações de ódio contra os menores responsáveis pelo crime. De todas, queria destacar uma, a do filósofo Renato Janine Ribeiro, professor de ética da Universidade de São Paulo e ex-ministro da Educação, pela perplexidade que me causou e ainda me causa:

“Num nível mais prosaico, por assim dizer, parece que se tem banalizado entre nós diferentes formas de manifestação de ódio e crueldade contra pretos, pobres e periféricos.”

“Escrever sobre o horror em estado puro: assim vivi o convite para participar deste número do Mais!. É insuportável pensar no crime cometido contra o menino João Hélio. E é nisso que mais penso, nestes dias. Não me saem da cabeça duas ou três coisas. A primeira é o sofrimento da criança (...) A outra é como devem ser punidos. Este assunto me faz rever posições que sempre defendi sobre (na verdade, contra) a pena de morte (...) Se não defendo a pena de morte contra os assassinos, é apenas porque acho que é pouco. Não paro de pensar que deveriam ter uma morte hedionda, como a que infligiram ao pobre menino. Imagino suplícios medievais, aqueles cuja arte consistia em prolongar ao máximo o sofrimento, em retardar a morte. Todo o discurso que conheço, e que em larga medida sustento, sobre o Estado não dever se igualar ao criminoso, não dever matar pessoas, não dever impor sentenças cruéis nem tortura – tudo isso entra em xeque, para mim, diante do dado bruto que é o assassinato impiedoso. Torço para que, na cadeia, os assassinos recebam sua paga; torço para que recebam de modo demorado e sofrido” (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u68751.shtml>).

Como entender tamanho ódio de um homem esclarecido, um professor de ética da mais im-

portante universidade do Brasil? Sem desprezo pela vala comum dos novos arranjos mundiais do capital, que explicam aqueles arrochos perversos da era Temer, queria sugerir neste texto, como exercício reflexivo, um certo itinerário ou mapa para chegar o mais fundo possível às estruturas emocionais deste ódio e desta crueldade, tão naturalmente expressa entre nós em situações de conflito. Este itinerário passa, talvez um tanto aleatoriamente, por alguns dos autores que forneceram alguns brilhantes insights sobre nossa formação, mas que permanecem ainda hoje muito mal compreendidos ou aproveitados, talvez porque insistimos demais em nosso desejo de sermos modernos.

Segundo Gilberto Freyre, a família e as relações familiares, e não as relações entre indivíduos livres e iguais, foi a verdadeira unidade formadora de nossa civilização, uma “civilização de raízes rurais”, como diria depois Sérgio Buarque de Holanda. Mas não a família nuclear burguesa, formada por pai, mãe e filhos. Mas a família extensa, que se compunha, além desses, pelos escravos e os agregados de diferentes tipos. A base do vínculo social aí são as relações de parentesco e amizade. Contudo, tendo-se originado no campo, transporta-se tal qual para as cidades, estabelecendo aí também um certo estilo de relação social entre as classes que nasce da relação entre senhores e escravos.

Acontece que, segundo nosso autor, um dos traços mais marcantes do processo de socialização que se dava nos domínios da casa grande e da senzala é o sadismo: sadismo de conquistador contra conquistado, de senhor contra escravo, de homem contra mulher, mas também de filhos de senhores contra filhos de escravos, apelidados estes sintomaticamente de leva-pancadas. E assim divertia-se, mas também aprendia o sinhozinho as normas de convívio social entre quem manda e quem obedece no Brasil:

“Transforma-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários – tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho” (FREYRE, 2013: 114).

Não surpreende, pois, o fato de ser o Brasil hoje um dos campeões de violência doméstica. Nossos lares estão longe de compor aquele ambiente acolhedor e seguro, como fez crer Roberto da Matta em seu conhecido livro *A casa e a rua* (1981). Como mostrou Sérgio Buarque de Holanda, é no interior da casa que nascem as normas desiguais por onde se hão de guiar as pessoas na vida pública. No mesmo tema, mas em outro diapasão, insistiria, alguns anos depois, outro antropólogo, intérprete de nosso “processo civilizador”:

“Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelivelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos” (RIBEIRO, 2006: 108)

A expressão “nós, brasileiros” pode, contudo, gerar mal entendidos, na medida em que a bondade e a crueldade parecem estar igualmente distribuídas entre nós. Ora, o “homem cordial”, de Sérgio Buarque de Holanda, aparece justamente aí, nas fímbrias do particularismo, do casuísmo, do conchavo entre “iguais”. Desde que

nasceu, a ideia foi muito mal aceita e compreendida entre brasileiros. E talvez esta rejeição e esta incompreensão seja a exata medida de sua profundidade. Uma civilização se caracteriza por aquilo que mais rejeita, dizia Fernand Braudel. Pois bem, o homem cordial não é o homem bom, amistoso e alegre, como faz crer o senso comum predominante. Mas aquele que age com o coração. Educado naquele ambiente patriarcal do qual nos falava Gilberto Freyre, ele ama seus familiares e amigos, tanto quanto odeia todos que não pertencem a seu círculo íntimo e afetivo, tidos então como inimigos, isto é, aqueles a quem se não reconhece como um igual potencial, humano, principalmente os pobres, considerados sem família. Sua mais fina expressão nos deu Chico Buarque de Holanda, em seu “Fado tropical”: “Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar, o meu coração fecha os olhos e sinceramente chora...”.

E assim, no exercício da maldade nossa de cada dia, perpetuamos o legado de desigualdades históricas, fruto do ventre podre da escravidão. Repetimos, um tanto inconscientemente, o gesto original que torna inadmissível a dignidade e o direito dos pobres, feitos para machucar e para doer. E como não são humanos como nós, ninguém faz caso de seu sofrimento.

Adalmir Leonidio

Professor da Universidade de São Paulo

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: Global, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

* As ideias contidas neste artigo são de seu(s) autor(es) e não necessariamente expressam as posições oficiais do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos – DIVERSITAS.